ENTREVISTA COM

MARIA JOSÉ RODRIGUES FARIA CORACINI

(Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP)

Realizada em julho de 2016 por

Juliana Santana Cavallari¹

Maria José Rodrigues Faria Coracini é professora titular MS-6 na Universidade Estadual de Campinas e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A – na área de Linguística e Literatura. É autora de diversos livros, artigos e capítulos, que são referência para os estudos desenvolvidos em Linguística Aplicada. Com seu olhar discursivo-desconstrutivista – que se faz notar inclusive nas respostas formuladas ao longo da entrevista –, Coracini aborda e problematiza, em seus estudos, diversos temas e objetos de análise que se relacionam ao ensino-aprendizagem de Língua Materna e Língua Estrangeira, tais como: discurso de/sobre novas tecnologias, discurso de/sobre a pobreza, discurso científico, discurso pedagógico, tradução, identidade, leitura, escrita, subjetividade. Do ponto

de vista teórico, a autora trabalha “no espaço movediço e escorregadio das fronteiras opacas e difusas entre discurso, psicanálise e desconstrução, na tentativa de compreender sempre mais as subjetividades em travessia: entre línguas-culturas, entre si e o outro – o outro de si...”²

Na entrevista a seguir, a pesquisadora compartilha conosco informações importantes sobre os estudos que tem desenvolvido desde o início de seu percurso acadêmico e que ressoam suas experiências pessoais e profissionais. Além disso, Coracini traça um breve panorama das pesquisas desenvolvidas em LA e do espaço conquistado por esse campo do saber no Brasil.

J.C. Tendo em vista que – com base em Robin e Foucault – toda pesquisa é um pouco autobiográfica e que a escrita se configura como uma técnica de si, eu gostaria que você nos falasse sobre seu significativo percurso na área de Linguística Aplicada, salientando de que modo as temáticas privilegiadas em seus estudos se atrelam, se misturam e/ou ressoam as experiências vivenciadas em seu percurso pessoal e profissional.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/MG).

² Informações retiradas do Currículo Lattes: texto formulado pela autora.

Coracini. Levou muito tempo para eu perceber que toda escolha tem algo de inconsciente, algo do desejo do pesquisador e até mesmo do futuro profissional, algo que extrapola a consciência. Isso explica por que eu não me dei conta, quando iniciei minhas pesquisas, de que os temas abordados tinham muito de mim, enquanto sujeito da linguagem, da falta ou do inconsciente; eram (são), em certa medida, autobiográficas e constituem minha identidade acadêmica. Claudia Riolfi, que há quase dezesseis anos vem assessorado o nosso grupo de pesquisa sobre os estudos em psicanálise lacaniana, costuma dizer que o pesquisador pesquisa a (sua) dor. Não que façamos a escolha dentre os temas que doem, que nos machucam, mas daquilo que nos envolve, (re)volve, mexe naquilo que temos de mais caro, que tange algum traço constituinte. O mais interessante é que raramente pensamos nisso quando escolhemos um tema de pesquisa. A pesquisa que realizei para o doutorado girou em torno do discurso científico e da subjetividade geralmente foracluída do que denominamos atividade científica. Tentei mostrar que traços do sujeito se fazem presentes à revelia da vontade do pesquisador; que isso é inerente a todo e qualquer discurso, mesmo àquele que se pretende um relato puro e simples do experimento, realizado segundo os princípios científicos de objetividade e isenção, como se o pesquisador pudesse se afastar completamente do objeto de pesquisa, que, por sua vez, se mostraria a ele pelo simples gesto de observação. Argumentei que mesmo a observação não é isenta: o olhar carrega muito dos conhecimentos, crenças e pontos de vista do pesquisador, por mais que este tente se afastar. Afinal, não há como eliminar o que somos, como somos, o que conhecemos, sabemos e lemos sobre o nosso objeto de pesquisa ou sobre qualquer objeto, do olhar perscrutador e atento do pesquisador. O olho é um orifício do corpo através do qual ex-pomos (pomos para fora) o que constitui nosso interior, ao mesmo tempo em que im-pomos (pomos para dentro) o que o mundo nos apresenta, modificando-o, alter-ando o que vem de fora para torná-lo de dentro. Por isso, não é possível pensar em identidade ou em cultura como algo fixo, inalterável, permanente.

Pouco tempo depois, assumi, com minha então orientanda de doutorado e com outra de mestrado (que depois continuaram em nossos grupos de pesquisa) um dos subgrupos do projeto temático coordenado pela Profa. Dra. Ângela Kleiman, da Unicamp, financiado pela FAPESP, em torno da Interação em sala de aula. Nesse momento, eu ainda era professora na PUC-SP. O tema que coordenei nesse grande projeto tinha a ver com leitura e sala de aula. Em 1992, dando continuidade a esse tema, submeti ao CNPq um Projeto Integrado, o primeiro de uma série, constituído por esse pequeno grupo e outros colegas da USP. Não é preciso muito esforço para perceber que o meu projeto de doutorado estava por detrás do Projeto Integrado: o discurso científico, a subjetividade, a leitura, tanto em língua estrangeira quanto em língua dita materna, e a perspectiva discursiva, temas inteiramente ligados ao meu fazer pedagógico e a meus interesses cotidianos. De modo específico, interessava-me a relação professor-aluno em aulas de leitura (línguas estrangeiras e portuguesa). Resultou desse projeto um primeiro livro organizado por mim, intitulado *O jogo discursivo na aula de leitura*, publicado pela Pontes Editores (Campinas, SP). Três anos depois, foi aprovado outro projeto integrado interinstitucional, centrado ainda na sala de aula, mas, desta feita, voltado para o material didático, especialmente, para o livro didático, que, por mais que negassem, numa época em que se propunha o trabalho com textos autênticos – isto é, escritos para os falantes nativos, sem nenhuma preocupação pedagógica – os colegas dos cursos fundamental e médio continuavam apegados ao livro didático, senão pela adoção de um único livro, ao menos pela vinculação das atividades que propunham em sala de aula, ao molde dos exercícios

comumente propostos pelos livros didáticos. Para explicar isso, postulei a internalização do livro didático, parte da identidade do professor, mas que dificultava ou até mesmo impedia o(a) professor(a) de dar asas à sua criatividade. Não foi difícil encontrar aulas em que se trabalhava com textos da grande imprensa de língua francesa ou inglesa, do mesmo modo como se trabalhava com textos fabricados para fins didáticos. Incomodada com isso – afinal, muitos desses professores, em formação continuada, tinham acabado de participar de cursos, sob a responsabilidade de um ou mais membros do nosso grupo de pesquisa –, pus-me a investigar a razão de tal estagnação, uma vez que, em teoria, o(a) professor(a) parecia convencido(a) de que era preciso mudar a sua metodologia, colocando ênfase na compreensão de texto e nas estratégias de leitura propagadas pelo ensino instrumental de línguas ou ensino funcional, tão difundido na época. Discutindo no grupo de pesquisa, chegamos à conclusão de que estávamos exigindo dos professores mais do que era possível; afinal, ninguém se transforma de uma hora para a outra: será que nós seríamos capazes de tal façanha? Fazendo uma retrospectiva, percebemos que não, que é preciso tempo e muito esforço para assimilar, internalizar, deixar amadurecer, tornar corpo seu o que era do outro, o que estava fora.... Desta pesquisa, resultou um livro organizado por mim, denominado *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*, publicado também pela Pontes Editores. Mais de vinte anos depois, revisei o livro didático, escrevendo um texto para o livro que organizei com minha querida ex-aluna de doutorado, Juliana Cavallari, publicado há poucos meses.

Dando prosseguimento ao nosso interesse pelo ensino, pelas línguas, pela subjetividade, pela formação de professores, vimos aprovado outro projeto de pesquisa que colocou ênfase na identidade como ilusão de completude, representações de professores e alunos sobre si próprios e sobre o outro. Desse projeto, resultou outro livro organizado “Discurso e Identidade: (des)construindo subjetividades”, publicado pelas Editoras Argos e da Unicamp, em 2003. Sem fugir ao que mais me interessava, dei início a uma pesquisa em torno do “Ser-estar entre línguas”, que logo passei a escrever “ser-estar entre línguas-culturas”, porque, cada vez mais, me dei conta de que a língua se constitui dos aspectos culturais de um dado grupo. Como professora de francês e português, questionei-me muitas vezes sobre a minha relação com a língua francesa, cuja língua-cultura me seduzia. Com essa pesquisa me dei conta de que não há separação radical entre as línguas que vão nos constituindo, que não existe o bilíngue tal como é visto por linguistas e muitos linguistas aplicados: as línguas transformam a nossa subjetividade, de modo que, não raro, nos deparamos com situações que nos deixam confusos: sem querer, falamos uma palavra ou frases naquela que é considerada língua estrangeira, quando estávamos falando na língua denominada materna. É bom esclarecer que a pesquisa também me levou a discutir o que é língua materna e o que é língua estrangeira e a concluir que as línguas que nos constituem são ao mesmo tempo maternas e estrangeira. Isso significa que há momentos em que nos deparamos, em qualquer uma das línguas que aprendemos, que deixamos penetrar em nosso corpo, em nosso ser, em nossa subjetividade, com dificuldades de expressão, com esquecimentos, com lacunas no dizer, e em todas elas, nos deparamos com momentos de maternização, isto é, de aconchego, de prazer, o que, segundo os psicanalistas, é próprio da língua materna, daquela que nos fez sujeitos, que nos constituiu por primeiro. No meu entender, e isso advém da pesquisa que fizemos junto a professores de línguas, tradutores, imigrantes (jovens e adultos), que haviam passado mais de um ano em outro país ou no Brasil, as línguas constituem o Real do inconsciente, modificando a lalação, que inaugurou o nosso ser, de modo que o controle de cada uma isoladamente se torna impossível. É essa hibridação, essa mistura que vai modificando o

nosso modo de ver o mundo, os outros e a nós mesmos. Deslumbrada com o que ouvi, ao longo dessa pesquisa, dei-me conta que aqueles que vêm do nordeste ou do norte do Brasil em direção ao sudeste, em busca de trabalho, de uma vida melhor, de novos ares, de esperança, sentiam-se tão ou mais estrangeiros do que aqueles que vinham de outros países ou que lá haviam permanecido por algum tempo. Um estudante da Unicamp chegou a me dizer que, como nordestino, sentia-se mais estrangeiro (estranho, deslocado, diferente) em São Paulo ou em Campinas do que quando havia estado nos Estados Unidos. Lá, ele convivía com estudantes de outras nacionalidades, que o respeitavam e compartilhavam os estranhamentos normais a todo estrangeiro. Aqui, ele se sentia isolado, discriminado por ser nordestino, por ter um falar diferente, por pensar e viver de modo diferente. Essa constatação primeira levou-me a investigar melhor sobre isso, levantando a hipótese de que somos todos estrangeiros, entre línguas-culturas, ainda que vivendo, aparentemente, em uma só língua-cultura – a brasileira. Ora, por si só, uma língua é sempre uma mistura de línguas-culturas; para compreender isso, basta considerar a história da nação, as invasões, a mistura de povos – com línguas-culturas outras, que vão alterando, modificando a língua-cultura local, ao mesmo tempo em que sofrem alterações. Pensemos na língua portuguesa, no condado portugalense, que, em tempos remotos, constituía com a Espanha a Península Ibérica, nas invasões de celtas, bárbaros, latinos etc.; pensemos nos portugueses que se misturaram com indígenas, habitantes deste Brasil, totalmente desconhecido pelo mundo afora, nos povos que o invadiram – franceses, holandeses -, nos negros que vieram colaborar, com seu trabalho, para que as terras brasileiras e os estrangeiros, que constituíram o que, hoje, chamamos de brasileiros, construíssem uma nação; pensemos, ainda, na imigração de colonos no final do século XIX, início do século XX, com ênfase nos alemães e italianos, que trouxeram sua língua-cultura para as terras mais frias do país; pensemos nos orientais (chineses e japoneses), nos turcos, libaneses, sírios, etc., que, pouco a pouco, foram chegando e ficando, sobretudo no sudeste, mas não apenas. Todos misturados foram construindo o brasileiro, ser mestiço, híbrido, complexo, cada vez mais afastado das línguas-culturas indígenas, que já povoavam este país e que foram se dizimando diante daqueles que (se) consideravam superiores, os chamados “brancos”. Para essa pesquisa, entrevistamos alunos, professores, migrantes nordestinos para melhor entender a configuração identitária desses sujeitos, que, embora brasileiros, falantes da língua portuguesa do Brasil, se viam e eram (são) vistos como estrangeiros, estranhos, diferentes. Como sabemos, todos temos uma certa aversão ao diferente, a tudo e a todos os que podem causar incômodo, constrangimento, mal-estar, sobretudo se, ao lado disso, houver uma relação de poder, de superioridade por parte dos que se consideram “donos” de um estado, de uma cidade, de um bairro, de uma moradia... Os recém-chegados são invasores... Essa temática, ao lado daquela que constituiu a pesquisa anterior, dizia respeito a mim, enquanto imigrante portuguesa, filha de portugueses, nascida na ilha da Madeira, mais próxima do continente africano do que de Portugal continental. Nem é preciso dizer que “leve” muitos alunos – e fui por eles “levada” – a terras mais (ou menos) conhecidas, relativas ao estudo de questões que diz(ia)em respeito à escola, ao ensino-aprendizagem de línguas, à leitura e escrita, à avaliação, ao ser-estar entre línguas, culturas, à tradução.... Procurei (des)orientar, mas, com certeza, aprendi muito mais. Da PE última pesquisa foi publicado, pela editora Mercado de Letras, o livro intitulado *A celebração do outro*, hoje em sua segunda edição.

Por incrível que possa parecer, da última pesquisa, aqui comentada, envolvente, porque permitiu a mim, a meus alunos e aos participantes de nosso grupo de pesquisa, um

questionamento profundo daquilo que consideramos identidade, língua, cultura e sobretudo sujeito, embrenhei-me e embrenhei alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, pelo mundo dos excluídos, jamais ouvidos, (in)visíveis “moradores de rua”. O desejo de adentrar por esse universo tão diferente, tão diverso, surgiu no momento em que ouvi, num congresso da ALED, colegas falarem de suas pesquisas em torno da pobreza. Todos participavam da Rede Latino-Americana de discursos da pobreza e representavam a pesquisa em diferentes países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia...), Senti-me “tocada” pela questão e pensei que, enquanto pesquisadora, educadora, professora, eu precisava conhecer essas pessoas, colaborar para que a sociedade hegemônica e, em particular, a academia, pudesse lançar um olhar sobre esses e outros marginalizados (porteiros, lixeiros, prisioneiros, alunos e professores de periferia, surdos, cegos, cadeirantes...) e os considerasse gente, pessoas como nós, com histórias de vida que os torna(va)m semelhantes, apesar das diferenças, a qualquer brasileiro, a qualquer ser humano. A motivação para me sentir invadida pelo desejo de fazê-los falar, de colaborar para a sua visibilidade, de despertar nos que me ouvem ou leem a consciência social de que é preciso, pelo menos, reconhecer a história de vida que faz de cada um um ser único, singular, vem de mais longe, da dor de saber que meu irmão mais velho, alcoólatra desde a adolescência, viveu nas calçadas de Portugal até morrer sozinho, abandonado pela esposa. Dando continuidade a esse projeto, outro se encontra em andamento, desta vez sobre as mulheres de rua: menos numerosas, mas mais sofredoras, porque sentem na pele uma dupla ou tripla discriminação – são mulheres (objeto de violência sexual até mesmo por parte de outros moradores de rua), não raro negras e viciadas em droga (ou em álcool). Paralelamente, a essa pesquisa, orientandos e colegas, na maioria ex-orientandos, pesquisam o dizer de outros participantes de pesquisa, excluídos, (in)visíveis, discriminados, alargando o nosso olhar para contextos anteriormente ignorados ou desconhecidos.

Paralelamente às pesquisas relatadas, apoiadas pelo CNPq, outras foram implementadas por mim, por alunos, por pós-doutorandos, enfim, por membros do grupo de pesquisa “Tecnologias (de si)”, em torno das tecnologias que invadiram o dia a dia do brasileiro, adultos e crianças, de modo a não conseguirem sobreviver sem celular, sem i-pad, sem internet... Sentem-se “pelados”, como afirmam alguns participantes de pesquisa. São as mudanças instauradas pelas tecnologias na subjetividade de cada um que nos interessa em particular. Livros foram publicados, organizados por mim ao lado de ex-orientandos. Não citarei todos porque tomariam tempo do nosso leitor e espaço na tela e no papel.

Penso ter mostrado, de modo sintético, que, de forma consciente ou inconsciente, estamos sempre perseguindo, nas pesquisas e na profissão de modo geral, o nosso próprio eu, fazendo-o vir à tona, identificando-nos com os participantes de pesquisa, ao mesmo tempo em que conhecendo ou acrescentando, a cada encontro com o outro, um traço da ou em nossa subjetividade. Não há dúvidas de que toda pesquisa funciona como uma “técnica de si”, retomando, com essa expressão, o pensamento de Michel Foucault.

J.C. Como você traçaria um panorama das pesquisas desenvolvidas em LA no Brasil?

Coracini. A LA no Brasil tem seguido de muito perto as tendências da área em âmbito mundial. Isso pode ser observado nas publicações e nas apresentações de trabalhos nos diversos congressos de âmbito internacional da Associação Internacional de Linguística

Aplicada (AILA), a cada três ou quatro anos. Neste ano, o congresso da AILA ocorrerá no Rio de Janeiro. No SIMELP de 2015, dedicado à língua portuguesa, procurei mostrar que minhas pesquisas, de algum modo, acompanharam o desenvolvimento da LA no Brasil, mas há diferenças, sobretudo quanto à perspectiva filosófica que embasa nossos estudos, transformando nosso olhar (tecerei considerações a esse respeito mais adiante). É bem verdade que, nos anos 90, estávamos discutindo, aqui no Brasil, por ocasião da ANPOLL ou de encontros da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), recém-fundada, temas que os europeus – refiro-me particularmente aos franceses, por ter participado de algumas discussões na década anterior – já tinham discutido ou estudado havia mais de 10 anos, como por exemplo: o que é Linguística Aplicada? Como se caracteriza? Seria uma disciplina da Linguística ou uma área à parte? Embora, ainda hoje, essas sejam questões pertinentes que reaparecem vez por outra, em pouco tempo, grande parte dos linguistas aplicados se confortaram com a ideia de que a LA é, por natureza, transdisciplinar, isto é, serve-se de outras áreas do conhecimento (que não seja a Linguística ou áreas afins) todas as vezes em que o objeto de estudo assim o exigir (Educação, Psicologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Filosofia etc.). Temas de interesse evidente no Brasil foram ganhando terreno em pesquisas de mestrado ou doutorado, em torno, por exemplo, do ensino-aprendizagem centrado no aluno, em suas necessidades e interesses, da leitura tanto em língua estrangeira quanto em língua primeira, embora essa tendência houvesse tido seu início nos anos 70-80, na Europa (França; Inglaterra). Uma vez mais, refiro-me à França onde pude vivenciar, como aluna de mestrado, disciplinas em torno do Francês Instrumental (voltado para a leitura) e da Análise de Discurso, nos anos 78-79. Mas, mais rapidamente do que se imaginava, puseram-se (ou pusemo-nos) em sintonia com o resto do mundo, acompanhando as linhas de pesquisa mais promissoras. Evidentemente, isso só foi possível porque parte dos linguistas da época, que se denominavam aplicados, foram fazer seu doutorado na Inglaterra ou na França e deram continuidade às linhas de pesquisa a que se filiavam, junto a seu grupo de alunos, assim que retornaram às instituições brasileiras. Alguns anos mais, vimos outros contextos de interação, além do contexto escolar (nos três níveis de escolarização), surgirem como objeto de investigação, como, por exemplo, conversas entre médico e paciente, entre patrão e empregado, entre orientador e orientando, entre políticos e eleitores... Começou-se, então, a postular que a LA seria transdisciplinar no que dizia respeito ao embasamento teórico e se ocuparia do estudo da linguagem em interações assimétricas, que eu caracterizaria como situações em que relações de poder se fazem notórias. Vale lembrar que, ainda hoje, essa é a definição mais avançada de LA no Brasil e, ousaria afirmar, no mundo, apesar de outros países preferirem outras nomeações para o que denominamos LA, como, por exemplo, na França, *Didactique des langues* (Didática de línguas), para os estudos voltados para a sala de aula, para o ensino-aprendizagem de línguas, ou, especificamente, *Analyse de Discours*, *Sémantique* ou *Sémiotique*, conforme a orientação teórico-metodológica voltada para o estudo do texto ou do discurso. Voltando ao meu percurso como pesquisadora na área da LA e, portanto, retomando parcialmente a resposta à primeira questão, comecei com preocupações de ensino-aprendizagem, embora meu objeto de estudo fosse, no mestrado, os advérbios de relatividade *déjà-encore*, já-ainda e, no doutorado, a subjetividade no discurso científico, tomando como registros para análise textos de biólogos da USP (botânica, zoologia e biologia humana), publicados em revistas especializadas em francês e em português, além de entrevistas feitas por escrito com os mesmos pesquisadores sobre como realizavam suas investigações. No mestrado (finalizado em 1981, na USP), meus estudos estavam voltados para questões de língua, com base na perspectiva distribucionista e um capítulo

adentrando a Linguística de Texto, enquanto que a tese de doutorado (defendida na PUC-SP, em fevereiro de 1988) se preocupou em estudar o discurso da ciência, no qual eu me via inteiramente envolvida, como pesquisadora, em busca do reconhecimento da área, e como professora da PUC-SP, em busca de mais conhecimento sobre o meio em que eu atuava. Já aí eu questionava a objetividade da ciência e, sobretudo, do discurso científico que seguia convenções capazes de permitir à linguagem camuflar a subjetividade inerente a todo e qualquer discurso, a toda e qualquer atividade humana, ainda que ela se queira científica. Desde essa época, eu buscava apoio em filósofos questionadores, problematizadores, desconstrutores, como Michel Foucault e Jacques Derrida. Na LA, acredito, eu era a única pesquisadora da área que não hesitava em, cada vez mais, perseguir o *modus operandi* desses filósofos franceses, apesar das críticas que recebia dos colegas, todas as vezes em que eu apresentava resultados de pesquisa, sem defender uma solução para o ensino-aprendizagem de línguas ou para qualquer problema que o participante de pesquisa viesse a apresentar. Segundo Foucault, toda proposta de solução ou soluções partia do princípio de que o outro a quem se endereçava o conselho era incapaz de buscar sua(s) própria(s) solução(ões) para questões cujo teor ele conhecia melhor do que ninguém. Em 2000, empurrada por alunos que me cobravam um conhecimento de psicanálise para tratar do sujeito e da subjetividade de modo menos filosófico e mais pertinente, aceitei a proposta de alunos para convidarmos uma colega (que já havia sido minha aluna em uma disciplina de mestrado), já então, psicanalista para nos orientar em nossos estudos sobre Lacan. Hoje, ela (Claudia Riolfi) é professora e pesquisadora na Faculdade de Educação da USP. Importa dizer que, a partir de então, reunimo-nos uma vez por mês, para discutir a leitura de *Seminários* de Lacan. Sem muita convicção no início, a psicanálise veio complementar nossos conhecimentos a respeito desse sujeito descentrado, cindido, defendido pelos dois filósofos, apesar das críticas que sempre fizeram à psicanálise. Adentrar a psicanálise freudo-lacaniana não foi e ainda não é tarefa fácil, sobretudo quando se quer deixar um espaço para a problematização de todo e qualquer arcabouço conceitual que transforma uma disciplina, um saber em ciência e, por que não dizer, numa espécie de religião, inquestionável, dogmática, “dona” da verdade. É preciso lembrar que levamos em conta as diferenças entre os três pensadores, muitas vezes, intensas, inconciliáveis, mas buscamos neles encontrar um diálogo possível, legitimado pela formação heideggeriana dos três e pelo pensamento que circulava nas universidades francesas, contrário às concepções de: a) sujeito cartesiano – racional, logocêntrico, centrado, controlador do pensamento e da vida –, muito bem definido pela famosa frase de Descartes Penso, logo sou (existo)”, contrário ao sujeito do inconsciente, sujeito da linguagem, sujeito do desejo ou da falta, denominações anunciadas pelos textos de Sigmund Freud, mas consideradas e aprofundadas por Jacques Lacan; e b) de linguagem transparente, precisa, controlável, que se opõe à noção de linguagem opaca, equívoca, cuja significação é imprecisa, mutável, irregular. A essa perspectiva demos o nome de perspectiva discursivo-desconstrutivista, para marcar diferença com o que se tem denominado corrente francesa de Análise do Discurso, ancorada nos estudos de Michel Pêcheux, ou de Análise Crítica do Discurso, baseada em Norman Fairclough.

Mas, é preciso falar das recentes pesquisas em torno do multiculturalismo, do multilinguismo, da multiculturalidade, das línguas minoritárias, dentre outras, que têm circulado no mundo todo, sempre em busca de uma melhor compreensão da identidade desses grupos ou sujeitos. Apesar das diferentes LA existentes no Brasil, a concepção de sujeito cartesiano prevalece em algumas delas, o que explica, ao menos em parte, a

tendência à completude das pesquisas etnográficas que ainda se preocupam em encontrar soluções para os problemas sociais ou que acreditam na triangulação (três fontes de dados) como uma metodologia capaz de “recolher” a verdade dos sujeitos. Algumas dessas pesquisas parecem acreditar na transparência da linguagem: o que se entende é o que se diz e o que se diz contempla a verdade e não pode ser problematizado. Embora essas pesquisas afirmem seguir uma metodologia qualitativa e interpretativista, parecem entender que a interpretação do(a) pesquisador(a) se fecha à multiplicidade de sentidos, graças à triangulação. Há outras orientações teóricas e metodológicas bastante em voga na LA, no Brasil e alhures, como a sociointeracionista (na maioria das vezes, apoiada em Vygotsky e/ou em pesquisadores suíços contemporâneos) e análise crítica de discurso, com base em Noam Fairclough e seus seguidores, todos preocupados em encontrar soluções para os problemas sociais, como se fosse simples ou até mesmo possível! Encontramos paliativos que não atingem aqueles que se sentem injustiçados, excluídos, porque eles não participam, de fato, dessas soluções. Há, ainda, outros que se apoiam, claramente, como nós, em pós-estruturalistas, mas eu diria, sem medo de errar, que constituem minoria, o que, a meu ver, não diminui sua relevância. A propósito, escolhi, deliberadamente, não citar nomes nem de colegas nem de tendências, para não ser omissa (já sendo!) ou injusta, embora seja inevitável expressar julgamentos de valor quando se está inserida numa dada vertente filosófica.

J.C. Como você vê o espaço conquistado pela LA, hoje, no Brasil e no mundo? Podemos considerá-la como uma ciência autônoma?

Coracini. Quando a gente participa de congressos mundiais como o da AILA, tem-se a impressão de que o campo de estudos da LA está cada vez mais amplo, cada vez mais diversificado, embora grande parte dos trabalhos se concentrem ainda no ensino e/ou na aprendizagem de línguas (leitura, escrita, interação professor-aluno etc.) – materna ou estrangeiras –, na interação professor-aluno-material didático, fontes inesgotáveis de pesquisas, como todos sabemos. No Brasil, o número crescente de programas de pós-graduação em LA atesta o espaço conquistado, apesar de continuar, junto aos órgãos financiadores, como subárea da Linguística, que não admite os avanços da LA e sua especificidade, evidentemente, porque muitos se encontram politicamente vinculados a Programas de Linguística ou a cursos de graduação em Letras e não querem ser vistos como linguistas aplicados; estes sempre foram reduzidos a meros “aplicadores” de teorias linguísticas ao ensino de línguas, o que os relega a um plano inferior, de meros reprodutores. Ora, essa visão foi muito questionada e ainda é pelos que se dizem linguistas aplicados, sem medo de serem discriminados, porque, de fato, aplicar um ou outra teoria linguística (ao ensino) soa como de menor importância, arcaico, fora de moda, talvez uma visão ancestral e inteiramente incompatível com o que, no Brasil, se denomina LA. É certo que, em algumas universidades fora do Brasil, LA ainda remete a uma visão aplicacionista. Para dar um exemplo, na Faculdade de Letras, há vários anos, é bem verdade, aprendi Sintaxe Gerativa e Transformacional, de Noam Chomsky, com o intuito de criar uma pedagogia para o ensino de língua estrangeira; não que Chomsky tenha se debruçado sobre essa questão; ao contrário, quando lhe perguntaram sobre como os seus estudos poderiam ajudar o professor a ensinar línguas, ele respondeu que esse não era um problema seu, que não se interessava por essas questões.

À segunda parte da pergunta, que, na verdade, constitui uma quarta pergunta, eu responderia que seria necessário nos indagarmos sobre o que é ciência. Se ciência tem de se haver com evidências, com resultados exatos (se é que estes existem?), com cifras quantificadoras, com grupos de controle nas pesquisas, acredito que a LA não poderia nunca ser chamada de ciência. E não vejo demérito nisso! O próprio Foucault afirma, em uma entrevista transcrita em *Microfísica do poder* (tradução e organização de Roberto Machado), que se fazer ciência tiver a ver com o que fazem os cientistas da chamada área de Exatas, ele prefere não ser chamado de cientista. Mas, se entendermos que a ciência é um campo de conhecimentos em que o cientista se vê envolvido, com seu olhar, com o seu saber, com sua atenção e observação, então é possível ver ciência no que se faz em LA, assim como em qualquer pesquisa que se queira rigorosa, séria, com critérios bem definidos, sem que haja necessidade de apelar para a objetividade, para teorias fechadas em conceitos coerentes e coesos, para a isenção ou afastamento do pesquisador. Acreditar que o objeto de pesquisa se diz, se apresenta de tal ou tal forma é acreditar que nosso olhar e nossa atenção não estão comprometidos com as leituras que fazemos, com as experiências anteriores, com nossas crenças filosófico-metodológicas, enfim, com tudo o que nos constitui. No final do livro, *Um Fazer Persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*, resultado da tese de doutorado, incluímos uma cópia do desenho de uma folha, feita por três pesquisadores, sob as mesmas condições de produção (incidência da luz, microscópio, ambiente, hora do dia etc.). Obtivemos três desenhos diferentes, porque o olhar, que sempre sai de dentro do sujeito para encontrar um objeto que lhe é externo, está carregado de desejo, de algo que é da ordem do singular, que não permite que dois desenhos sejam iguais, como não permite que dois resumos sobre, aparentemente, o mesmo texto sejam iguais. Haverá sempre diferenças, que dizem daquele que (se) expõe, coloca para fora de si algo que só faz sentido no seu íntimo.

Retornando à sua pergunta, eu gostaria de comentar o uso da palavra “autônoma” para qualificar “ciência. Uma vez mais, é preciso nos indagarmos o que significa autonomia: a palavra vem do grego *autos* (o mesmo, por si mesmo) + *nomos* (uso, convenção, lei), o que significa, no caso da ciência, que ela tem o poder de dar a si a própria lei, que ela age por si só, de forma independente. Ora, afirmar que algo ou alguém é autônomo implica em acreditar que algo é inteiramente independente, que não se relaciona com nada ou com ninguém a não ser consigo mesmo. Nada do que fazemos pode ser dito autônomo, na medida em que somos seres eminentemente sociais, constituímos-nos sujeito graças ao outro que imprime marcas da cultura que nos recebe, o que equivale a dizer da língua que nos acolhe. Quando falamos, repetimos o já-dito inúmeras vezes, como afirma Foucault, ou o mesmo, nos termos de Derrida, mas, ao mesmo tempo, o que dizemos é novo, porque é nova a situação de enunciação (lugar, tempo, interlocutor, enfim, momento histórico-social); portanto, o que se diz é, ao mesmo tempo, “o mesmo e o diferente”, o “já-dito jamais dito”. Assim, o que fazemos em qualquer campo do conhecimento, em nossas pesquisas, não pode ser completamente diferente nem completamente igual ao que outros, que nos antecederam, fizeram. Ou melhor, precisamos nos interrogar sobre o que entendemos por “ciência autônoma”. Se entendermos por ciência autônoma aquela que não dependeria de nenhuma outra ou que teria um corpo teórico e uma metodologia próprios, poderíamos responder que a LA não é uma ciência autônoma (aliás, haveria ciência autônoma?), já que ela se diz transdisciplinar, ou seja, depende de outros campos do conhecimento para realizar sua investigação. Mas, é possível afirmar, creio eu, que ela tem uma metodologia que a diferencia da Linguística, por exemplo: seu compromisso com a linguagem se dá num dado contexto em que um locutor se endereça a outro e esse

contexto é que vai definir a(s) teoria(s) ou a(s) perspectiva(s) filosóficas a que o pesquisador irá recorrer. No caso, por exemplo, da perspectiva discursivo-desconstrutivista, propomo-nos a seguir uma linha de pensamento que, ao mesmo tempo, “escute”, interprete e interroge os registros a serem analisados com base em noções dos três pensadores – Foucault, Derrida e Lacan –, o que não impede que outros pós-estruturalistas sejam contemplados, desde que seu pensamento condiga com as noções de sujeito, verdade e linguagem presentes no pensamento daqueles que fundamentam nosso olhar analítico.

Para terminar, gostaria de lembrar que é difícil dar respostas que abranjam as diferentes vertentes da LA e, sobretudo, os diferentes contextos de pesquisa que a LA abrange. Preciso dizer que minhas respostas não têm nenhuma pretensão à exaustão nem à verdade, a não ser à(s) minha(s) verdade(s). Trata-se de pontos de vista que eu procurei trazer para, se possível, suscitar outras respostas, outras reflexões, abrindo, assim, um debate que, acredito, é sempre profícuo em qualquer área do conhecimento. Temos pouca ou nenhuma tradição no que concerne à discussão de ideias, de pontos de vista; levamos as críticas para o lado pessoal e isso pouco ou nada engrandece nossas pesquisas que se atrofiam em torno do próprio “umbigo”, presas, como um bebê à sua própria fonte de vida, sem perscrutar outras fontes, outras visões que, se nada acrescentassem, poderiam, pelo menos, fortalecer os argumentos que justificariam, ainda que na superfície do imaginário, as nossas escolhas mais profundas.

Texto recebido em: julho de 2016.

Aprovado e revisado em: agosto de 2016.

Publicado em: agosto de 2016

Para citar este texto:

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria; CAVALLARI, Juliana Santana. Entrevista [com Maria José Rodrigues Faria Coracini, por Juliana S. Cavallari], **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Entrevista, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 13, p. 301-310, jul. - dez. 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol13pagina301a310>